



MINISTÉRIO DA CIDADANIA – MC
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

**279ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
Assistência Social - CNAS**

Ata da ordem do dia 11 a 13 de setembro de 2019

Brasília - DF

MINISTÉRIO DA CIDADANIA – MC
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 279ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

Local: Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, 1º Andar. Brasília – DF.

Data: 11 a 13/09/2019

1 De onze a treze dias do mês de setembro de dois mil e dezenove realizou-se a 279ª Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência - CNAS, sob a Coordenação Conselheira Titular
3 Aldenora Gomes González, Representante do Instituto EcoVida. Estiveram presentes os seguintes
4 Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheira Titular Natália Cerqueira de Sousa,
5 Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheiro Suplente Marcos Maia Antunes,
6 Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheiro Titular André Rodrigues Veras,
7 Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheira Suplente Mirian da Silva Queiroz
8 Lima, Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheira Titular Vitória Batista Silva,
9 Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheiro Suplente Ayrton Maurício Azeredo
10 Silva, Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheiro Suplente Márcio Fernandes
11 Maurício, Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheira Titular Kariny Geralda
12 Alves Veiga, Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheira Titular Célia Maria de
13 Souza Melo Lima, Representante do Fórum Nacional dos Secretários (as) de Estado da Assistência
14 Social – FONSEAS; Conselheira Suplente Aline Araújo Silva, Representante do Fórum Nacional
15 dos Secretários (as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Conselheira Titular Vanda
16 Anselmo Braga dos Santos, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de
17 Assistência Social – CONGEMAS; Conselheira Titular Norma Suely de Souza Carvalho,
18 Representante da CAPEMISA - Instituto de Ação Social; Conselheira Titular Rozangela Borota
19 Teixeira, Representante da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes
20 – FEBRAEDA; Conselheira Suplente Ivone Maggioni Fiore, Representante da Federação Nacional
21 das Associações de Pais e Amigos Dos Excepcionais – FENAPAES; Conselheira Titular Sandra
22 Regina Ferreira Barbosa, Representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições
23 Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF; Conselheira Suplente Vânia Maria
24 Machado, Representante da Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; Conselheiro Titular
25 Benedito Augusto de Oliveira, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em
26 Seguridade Social da CUT - CNTSS/CUT; Conselheira Suplente Irene Rodrigues da Silva,

27 Representante da Confederação dos (as) Trabalhadores (as) no Serviço Público Municipal –
28 CONFETAM/CUT; Conselheira Titular Margareth Alves Dallaruvera, Representante da Federação
29 Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS; Conselheira Suplente Ana Lúcia Soares, Representante
30 da Associação Brasileira de Terapeutas Ocupacionais – ABRATO; Conselheira Titular Aldenora
31 Gomes González, Representante do Instituto EcoVida; Conselheira Suplente Tathiane Aquino de
32 Araujo, Representante da Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil – REDTRANS; Conselheira
33 Titular Solange Bueno, Representante do Fórum Nacional dos Usuários do SUAS; Conselheiro
34 Suplente Aguinaldo Umberto Leal, Representante do Fórum Regional dos Usuários do Suas da
35 Amazônia Oriental – FORUSUAS/AOR; Conselheiro Titular Clovis Alberto Pereira, Representante
36 da Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB; Conselheira Suplente Jani Betânia Souza
37 Capibaribe, Representante da Associação Brasileira de Autismo – ABRA. **ABERTURA**
38 **11/09/2019:** A Conselheira Aldenora Gomes González, Presidente do Conselho Nacional de
39 Assistência Social – CNAS e Representante do Instituto EcoVida, iniciou a reunião
40 cumprimentando a todos e informou que houve uma pauta muito rica na Reunião Trimestral do
41 CNAS com os CEAS e o CAS/DF, ponderando que os conselhos estaduais ficaram muito satisfeitos
42 com a nova metodologia adotada. Informou também que foi realizada a primeira incidência política
43 provocada pelo CNAS, externando a sua felicidade pelas explanações realizadas durante ela.
44 Explicou que a proposta é dividir os conselheiros em quatro grupos, para que possam tratar dos
45 seguintes temas: das 09h00 às 12h00: Apresentação pelo DGSUAS/SNAS de projetos de
46 desenvolvimento de sistema eletrônico nacional para registro dos Planos de Assistência Social de
47 Estados e Municípios e outros; Apresentação do Departamento da Rede Socioassistencial Privada
48 do SUAS – DRSP/MC do 2º Relatório Trimestral/2019 com as informações sobre os processos de
49 Certificação de Entidades de Assistência Social, conforme disposto no art. 1º da Resolução CNAS
50 nº18/2011 e outros; A Política da População em Situação de Rua: desdobramento da Reunião
51 Descentralizada e Ampliada o CNAS e outros; Orçamento 2019 e PLOA 2020; das 14h00 às 18h00:
52 Debate sobre organização de apoio técnico para as Secretarias Executivas dos Conselhos de
53 Assistência Social, preferencialmente para aquelas que se estruturarem no período recente;
54 Discussão sobre os “Pedidos de reconhecimento do Sistema S” no SUAS; A Relação do Sistema de
55 justiça com o SUAS: construção dos próximos passos a partir dos encaminhamentos aprovados no
56 CNAS; Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do FNAS – 2º trimestre – Exercício de
57 2019. Solicitou que a Secretária Executiva Substituta do CNAS realizasse a verificação do quórum.

58 Verificado o quórum, os conselheiros se dividiram em grupos e se dirigiram as suas respectivas
59 salas. **ABERTURA 12/09/2019:** A Presidente Aldenora Gomes González iniciou o segundo dia de
60 reunião cumprimentando a todos e solicitou que a Secretária Executiva Substituta do CNAS
61 realizasse a verificação do quórum. Verificado o quórum, informou que a pauta é composta pelos
62 seguintes itens: Dia 12/09/2019; das 09h00 às 09h30 - Aprovação da ata da 278ª Reunião Ordinária
63 do CNAS e da pauta da 279ª Reunião Ordinária do CNAS; das 9h30 às 10h30 - Informes da
64 Presidência/Secretaria Executiva, MC, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros; das 10h30
65 às 12h00 - Apresentação do PL 8420/17, que altera a composição do Conselho Nacional de
66 Assistência Social (CNAS); das 14h00 às 16h00 - Discussão do novo modelo de requisição aos
67 Benefícios Previdenciários e Socioassistenciais. 16h00 às 18h00 - Avaliação da Reunião
68 Descentralizada e Ampliada do CNAS em Fortaleza/CE. Dia 13/09/2019: das 09h00 às 10h00 -
69 Relato da discussão da apresentação pelo DGSUAS/SNAS de projetos de desenvolvimento de
70 sistema eletrônico nacional para registro dos Planos de Assistência Social de Estados e Municípios
71 e; Relato do debate sobre organização de apoio técnico para as Secretarias Executivas dos
72 Conselhos de Assistência Social, preferencialmente para aquelas que se estruturarem no período
73 recente; 10h00 às 12h00 - Relato da discussão da apresentação do Departamento da Rede
74 Socioassistencial Privada do SUAS, da discussão sobre os “pedidos de reconhecimento do Sistema
75 S” no SUAS e outros e; DRSP/MC do 2º Relatório Trimestral/2019 com as informações sobre os
76 processos de Certificação de Entidades de Assistência Social, conforme disposto no art. 1º da
77 Resolução CNAS nº18/2011; 14h00 às 16h00 - Relato da discussão sobre o Orçamento 2019 e a
78 PLOA 2020 e; Relato da Apresentação do Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do
79 FNAS – 2º Trimestre – Exercício de 2019; 16h00 às 18h00 - Relato da discussão da Política da
80 População em Situação de Rua: desdobramentos da Reunião Descentralizada e Ampliada o CNAS;
81 da discussão sobre a Relação do Sistema de justiça com o SUAS e outros. Informou que terão que
82 suspender a apresentação do PL 8420/17, que altera a composição do Conselho Nacional de
83 Assistência Social (CNAS), uma vez que não houve retorno da Deputada Benedita da Silva que iria
84 fazer essa apresentação. Colocou para apreciação dos conselheiros a Ata da 278ª Reunião Ordinária
85 do CNAS e a pauta da 279ª Reunião Ordinária com as alterações realizadas, as quais foram
86 aprovadas por unanimidade. Registrou a ausência da Vice-Presidente Maria Yvelonia dos Santos
87 Araújo Barbosa, que está recepcionando uma delegação estrangeira que está fazendo uma visita
88 técnica nos equipamentos de atendimento as pessoas em situação de rua na qualidade de Diretora da

89 Proteção Social Especial. Solicitou que os informes sejam rápidos, visto que receberam um convite
90 da Comissão de Seguridade Social e Família, que em sessão deliberativa aprovou o Requerimento
91 nº 147 da Subcomissão Permanente de Assistência Social, para realização de audiência pública com
92 o tema “Debater a Política de Assistência Social no Brasil”, que acontecerá hoje, as 10h00, no
93 Plenário VII do Anexo II da Câmara dos Deputados. Iniciando os informes, relatou que tem
94 participado de alguns diálogos com Secretarias Municipais de Assistência Social nos municípios de
95 Juazeiro/PE, Salgueiro/PE, Igarçu/PE, Serra Talhada/PE, Cametá/PA, Santarém/PA, Breves/PA,
96 Melgaço/PA. Compreendeu que é necessário incluir, na pauta do CNAS, um diálogo de como estão
97 os serviços de fato e informou que, na visita realizada em Santarém/PA, foi comunicada que a
98 Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB exige que as organizações sejam escritas no
99 Conselho Municipal de Assistência Social para receberem o PA, o que transforma essas
100 organizações em entidades e prejudica o processo eleitoral da sociedade civil. Complementou que
101 ainda participou de evento de deficiência múltipla e o público da Assistência Social não estava na
102 mesa, ponderando que existe a necessidade de debater sobre esse assunto no CNAS. Seguindo para
103 os informes da Secretaria Executiva, sugeriu-se que os seus informes sejam encaminhadas por *e-*
104 *mail*, o que foi aprovado. Passando para os informes do Ministério da Cidadania – MC, a
105 Conselheira Kariny Geralda Alves Veiga, Representante do Ministério da Cidadania – MC,
106 notificou que foi realizada a constituição do Sistema Eletrônico de Inscrição de Entidades no SUAS
107 com o objetivo de aperfeiçoar a gestão das informações das entidades que estão inscritas nos
108 Conselhos Municipais de Assistência Social, sendo que foi recomposto um grupo de trabalho no
109 CNAS para essa discussão, o que resultou na publicação da Resolução CNAS nº 26, de 18 de
110 dezembro de 2018. Relatou que a SNAS em parceria com a Secretaria Municipal de
111 Desenvolvimento Social e Esporte de Porto Alegre/RS realizou o Encontro de Capacitação e Apoio
112 Técnico em Porto Alegre/RS, que contou com a participação de 101 representantes de entidades.
113 Ressaltou que os representantes da SNAS estiveram presentes no 21º Encontro Nacional do
114 CONGEMAS, que ocorreu em Belém/PA, nos dias 07 a 09 de agosto de 2019. Discorreu que
115 Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS – DRSP lançou o boletim mensal, que
116 tem o objetivo de orientar e fortalecer a comunicação com as entidades socioassistenciais, bem
117 como gestores e conselheiros de Assistência Social. Acrescentou que esse boletim será divulgado
118 mensalmente no *Blog* da Rede SUAS. Arrazoou que, no dia 09 de setembro de 2019, foi assinada
119 pela SNAS/SEDS/MC e pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde - SVS a

120 Instrução Operacional Conjunta SNAS/SEDS/MC/SVS, que trata das orientações acerca da atuação
121 do SUAS em parceria com o SUS no enfrentamento da tuberculose. Explanou que a SNAS com a
122 participação de outras secretarias da SEDS continua realizando Encontros de Apoio Técnico
123 Integrado aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal, que são destinados aos técnicos e
124 conselheiros do SUAS no intuito de qualificar a gestão em todas as áreas da Política de Assistência
125 Social. Esclareceu que os estados, municípios e Distrito Federal podem indicar até três participantes
126 e recomenda-se que seja observada a programação do evento para definição dos indicados,
127 destacando que as datas e a programação dos encontros estão disponíveis no *Blog* da Rede SUAS e
128 o próximo encontro ocorrerá do dia 23 a 26 de setembro de 2019. Postulou que o prazo para
129 preenchimento do Censo SUAS 2019 iniciou-se no dia 09 de setembro de 2019 e terminará no dia
130 29 de novembro de 2019: de 09/09/2019 a 08/11/ 2019 – CRAS; de 23/09/2019 a 15/11/2019 -
131 CREAS, Centro POP e Centro Dia; de 01/10/2019 a 22/11/2019 - Unidade de Acolhimento e
132 Família Acolhedora; de 07/10/2019 a 29/11/2019 - Conselhos Municipais e Estaduais e Gestão; de
133 07/10/2019 a 29/11/2019 – Fundos de Assistência Social; de 02/12/2019 a 06/12/2019 – Período de
134 Retificação. Passando aos informes do FONSEAS, a Conselheira Aline Araújo Silva, Representante
135 do Fórum Nacional dos Secretários (as) de Estado Da Assistência Social – FONSEAS, informou
136 que o FONSEAS estará se reunindo no dia 17 de setembro de 2019 e que, foi realizada uma reunião
137 com os Secretários de todos os estados do nordeste no dia 10 de setembro de 2019, para tratar de
138 uma agenda SUAS para a região. Seguindo para os informes do CONGEMAS, a Conselheira Vanda
139 Anselmo Braga dos Santos, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de
140 Assistência Social – CONGEMAS, reiterou que o CONGEMAS continua fazendo o alinhamento
141 com os COEGEMAS de luta pela retomada do orçamento e a incidência junto às bases de cada
142 estado e explanou que a realização trimestral das reuniões da Comissão Intergestores Tripartite –
143 CIT está dificultando algumas tratativas e alinhamentos. Abrindo para os informes dos conselheiros,
144 a Conselheira Solange Bueno, Representante do Fórum Nacional dos Usuários do SUAS,
145 comunicou que representou o CNAS na 121ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional da Pessoa
146 com Deficiência, em que foi tratado sobre o Benefício de Prestação Continuada – BPC, entendendo
147 que seria muito importante continuar com essa articulação. O Conselheiro Clovis Alberto Pereira,
148 Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB, cumprimentou a Associação
149 LARAMARA pelos seus 28 anos, que atendeu mais de 11 mil famílias de todo Brasil durante esse
150 período e notificou que representou o CNAS no III Encontro Regional do Programa Ágora Brasil,

151 nos dias 29 e 30 de agosto de 2019 em Mato Grosso do Sul, que tratou da empregabilidade, da
152 formação e do empreendedorismo da pessoa cega e com baixa visão. A Conselheira Margareth
153 Alves Dallaruvera, Representante da Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS,
154 informou que 25 estados e 2.834 municípios confirmaram a realização das suas Conferências de
155 Assistência Social e que, participou da Conferência Municipal de Nova Iguaçu/RJ e de Serra
156 Talhada/PE representando o CNAS. Finalizado os informes, a Presidente Aldenora Gomes
157 González convidou todos os conselheiros para irem até a Câmara dos Deputados para participar da
158 audiência pública. Retornando a reunião no período da tarde, a Presidente Aldenora Gomes
159 González parabenizou a todos pela incidência realizada na Câmara dos Deputados e solicitou que a
160 Secretária Executiva Substituta do CNAS realizasse a verificação do quórum. Verificado o
161 quórum, a Sra. Mirelle Campos da Silva Dantas realizou a leitura das ausências justificadas:
162 Conselheiro Vandré Luiz Meneses Brilhante, nessa reunião ordinária, por motivo de compromisso
163 institucional; Conselheira Aline Araújo Silva, nos dias 10 e 11 de setembro, por motivo de
164 compromissos institucionais; Conselheira Maria Yvelonia dos Santos Araújo Barbosa, nessa
165 reunião ordinária, por motivo de compromissos institucionais; Conselheira Ana Heloísa Viana Silva
166 Moreno, na reunião trimestral e nessa reunião ordinária, por motivo de férias; Conselheiro Josenildo
167 André Barboza, na reunião trimestral e nessa reunião ordinária, por motivo férias; Conselheira
168 Heloiza de Almeida Prado Botelho Egas, na reunião trimestral, por motivo de compromissos
169 institucionais e no dia 10 de setembro, por motivo de saúde; a Conselheira Norma Suely de Souza
170 Carvalho, nos dias 12 e 13 de setembro, por motivo de compromissos institucionais; Conselheiro
171 Fernando Macedo Brandão, nessa reunião ordinária, por motivo de compromissos institucionais;
172 Conselheiro Bruno Henrique Benfica da Câmara Pinto, nessa reunião ordinária, por motivo de
173 compromissos institucionais. A Presidente Aldenora Gomes González explicou que será realizada a
174 apresentação do relato da reunião do Grupo de Trabalho de Benefícios Socioassistenciais e em
175 seguida, a discussão do novo modelo de requisição aos Benefícios Previdenciários e
176 Socioassistenciais. Iniciando o relato da reunião do Grupo de Trabalho de Benefícios
177 Socioassistenciais realizada no dia 10 de setembro de 2019, a Conselheira Vânia Maria Machado,
178 Representante da Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI, elencou os conselheiros
179 presentes e relatou que o tema da reunião foi “Operacionalização do Benefício de Prestação
180 Continuada – BPC” e foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Ferramenta “Meu INSS”
181 para requisição de BPC; Item II) Celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre o INSS e

182 municípios para realização de requerimento dos serviços prestados pelo INSS. Encaminhamentos:
183 01) Estabelecer Agenda Conjunta MC/INSS/CNAS considerando os seguintes aspectos: i)
184 construção de Nota Conjunta MC/INSS/CNAS orientando às agências do INSS, municípios e rede
185 socioassistencial sobre as formas de atendimento do INSS em relação ao requerimento do BPC
186 (presencial, Central 135, “Meu INSS” e Acordo de Cooperação Técnica), com o objetivo de
187 aprimorar procedimentos de comunicação do INSS com suas agências, gestores, entidades e
188 população usuária; ii) o Conselheiro do CNAS, André Rodrigues Veras, será responsável pela
189 articulação e construção da minuta de Nota Técnica em conjunto com o INSS e SNAS/MC; iii) a
190 Minuta da Nota Técnica deverá ser encaminhada para os conselheiros, antes do pleno de outubro,
191 para apreciação e contribuições; iv) realização de reunião no dia 07 de outubro de 2019, com a
192 presença do INSS e SNAS, para finalizar a construção da Nota Técnica a ser assinada
193 conjuntamente pelo CNAS, SNAS/MC e INSS; 02) Recomendação à SNAS/MC que elabore um
194 Caderno de Orientações Técnicas com base na Nota Conjunta INSS/CNAS; 03) Elaboração de uma
195 nota de recomendação do CNAS aos municípios que, no caso da celebração de Acordo de
196 Cooperação Técnica das prefeituras com o INSS, seja estabelecido que, no caso do atendimento ser
197 realizado na rede socioassistencial, o mesmo seja restrito para o BPC. Passando a discussão do novo
198 modelo de requisição aos Benefícios Previdenciários e Socioassistenciais, a Sra. Márcia Elisa de
199 Souza, Presidente Substituta do INSS, cumprimentou a todos e afirmou que possuem um grande
200 interesse de discutir os temas relacionados aos benefícios assistenciais, que estão sendo executados
201 pela autarquia previdenciária desde a vigência da Lei nº 8.742/93. Esclareceu que o Diretor de
202 Atendimento do INSS apresentará o modelo de atendimento do INSS no presente momento e
203 compreendeu que, com o apoio do CNAS, conseguirão melhorar a prestação do serviço de
204 reconhecimento do direito ao benefício assistencial. O Sr. Clóvis de Castro Júnior, Diretor de
205 Atendimento do INSS, cumprimentou os presentes e informou que o INSS faz a gestão de mais de
206 90 milhões de cidadãos (35 milhões de beneficiários e 55 milhões de segurados), sendo que são
207 pagos mais de R\$ 50 milhões/mês, existem mais de um milhão de requerimentos a cada mês e são
208 realizados cerca quatro milhões de atendimento presencial. Destacou que existem 1.697 agências do
209 INSS distribuídas em 1.443 municípios e houve uma redução drástica no número de servidores, que
210 em 2015 eram aproximadamente 33 mil e hoje são 25 mil. Afirmou que o INSS possui a intenção
211 de levar conforto ao cidadão e vem desenvolvendo algumas estratégias e ferramentas para melhorar
212 o atendimento dos cidadãos, tais como: a implantação da Central 135, o aplicativo “Meu INSS” e a

213 disseminação do Acordo de Cooperação Técnica com os municípios, visando à ampliação do acesso
214 dos cidadãos aos direitos e aos benefícios previdenciários e socioassistenciais. Notificou que foi
215 iniciada uma mudança estrutural interna com a criação das Centrais de Análise de Benefícios e
216 relatou que 90 dos 96 serviços do INSS já foram transformados em digitais, salientando que o
217 cidadão já consegue ver automaticamente se possui condição de aposentadoria ou não. Apresentou
218 um gráfico com número de atendimento de cada canal de abril/2019 a agosto/2019 e elucidou que o
219 efeito da transformação digital mostra que os primeiros 45 serviços migrados geraram uma
220 economia de R\$ 127 milhões por ano para o Estado e R\$ 500 milhões por ano para o cidadão
221 brasileiro. Manifestou que, em 2018, eram concedidos cerca de 9.000 benefícios de forma de digital
222 e conseguiram atingir, em setembro de 2019, a marca de 130 mil concessões. Comentou que está
223 sendo realizado um trabalho de gestão dentro do INSS e que, estão com o processo adiantado para
224 utilização da biometria na prova de vida, que também será utilizado para o *login* no “Meu INSS”
225 futuramente. Afirmou novamente que o foco do INSS é levar cada vez mais comodidade ao
226 cidadão, uma vez que estão apostando que o Acordo de Cooperação Técnica com os municípios
227 será um grande alavancador de resultado para apreciação do serviço de previdenciário no país. A
228 Presidente Aldenora Gomes González agradeceu pela apresentação e questionou se o grande
229 número de atendimento virtual estaria sendo influenciado pela procura do cidadão de escritórios
230 profissionais. Abrindo para manifestações, a Conselheira Solange Bueno discorreu que essa
231 comodidade ainda não é para o público que recebe o BPC e por isso estão propondo um processo de
232 transição e o Conselheiro Clovis Alberto Pereira observou que o “Meu INSS” ainda é muito falho
233 no que se refere à acessibilidade das pessoas cegas e de baixa visão, salientando que está deixando
234 cerca de sete milhões de brasileiros sem acesso. O Conselheiro Márcio Fernandes Maurício,
235 Representante do Ministério da Cidadania – MC, parabenizou o INSS pela iniciativa e entendeu que
236 existe um grande desafio de atender o público que possui dificuldades de acesso ao meio digital,
237 questionando se existe um plano para esse público. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira,
238 Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT -
239 CNTSS/CUT, relatou que existem várias dificuldades de acesso ao sistema e intuiu que não houve
240 informações claras sobre a transição. A Conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa, Representante
241 da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas –
242 FENATIBREF, indagou como poderiam instrumentalizar os municípios que possuem prefeituras e
243 CRAS sucateados e quais serão as providências para sanar os processos de aposentadoria e revisão

244 que estão aguardando uma decisão há muito tempo. O Sr. Clóvis de Castro Júnior explanou que o
245 INSS criou uma Diretoria de Integridade com foco exclusivo na identificação de fraudes e a Sra.
246 Márcia Elisa de Souza informou que foi criada uma Coordenação-Geral de Monitoramento
247 Operacional de Benefício, para que não haja a concessão de benefícios de forma indevida. O Sr.
248 Clóvis de Castro Júnior afirmou que nenhum serviço disponibilizado pessoalmente será suspenso e
249 que, o “Meu INSS” está em fase final de ajuste, sendo que complementarás todas as questões de
250 acessibilidade corrigidas. Discorreu que foi lançada a Estratégia Nacional de Atendimento
251 Tempestivo do INSS, que possui 10 ações que visam garantir e atingir a meta de que até 31 de
252 dezembro de 2019 não haja mais processo fora do processo estabelecido em lei. Explicou que, no
253 acordo de cooperação, o INSS disponibiliza uma ferramenta, em que o servidor da prefeitura pode
254 trabalhar como se fosse um servidor do INSS. Salientou que estão focando nesse acordo de
255 cooperação por entender que se trata de um canal mais rápido e fácil para chegar ao cidadão,
256 entretanto, afirmou que todas as demais parcerias continuaram abertas. A Conselheira Célia Maria
257 de Souza Melo Lima, Representante do Fórum Nacional dos Secretários (as) de Estado da
258 Assistência Social – FONSEAS, observou que existe a necessidade de um processo de transição,
259 especialmente, para os beneficiários do BPC e informou que o seu estado elaborou uma nota de
260 orientação aos municípios sobre o acordo de cooperação. A Conselheira Aline Araújo Silva
261 compreendeu que a iniciativa do INSS é louvável e necessária e comentou que não houve um
262 diálogo prévio do INSS com os estados e os municípios sobre a vinda dos atendimentos para o
263 CRAS. Afirmou que as agências do INSS dos municípios estão alegando que não é mais feito
264 atendimento na agência e orientando que estão sendo realizados pelas prefeituras e pelos CRAS. A
265 Sra. Maria Cristina dos Anjos Conceição, Representante da Cáritas Brasileira, questionou como
266 podem contribuir para que as pessoas tenham acesso gratuito e a Conselheira Vanda Anselmo Braga
267 dos Santos ilustrou que é necessário demarcar o que compete ao CNAS nessa discussão e observou
268 que o mundo digital ainda não é realidade para várias regiões desse país, reforçando a necessidade
269 de um processo de transição. A Sra. Margareth Alves Dallaruvera confirmou que as agências não
270 realizando o atendimento presencial, questionando como pretendem melhorar essa situação e o
271 Conselheiro Clovis Alberto Pereira sugeriu a realização de uma pesquisa de satisfação. O
272 Conselheiro André Rodrigues Veras, Representante do Ministério da Cidadania – MC, agradeceu a
273 presença, a disposição em participar da reunião do CNAS e principalmente, aos esclarecimentos
274 realizados e explanou que o Departamento de Benefícios Assistências vem acompanhando esse

275 processo, inclusive, colaborando no processo de facilitação do acesso dos usuários. Compreendeu
276 que as indagações sobre o acesso ao “Meu INSS” serão esclarecidas definitivamente quando for
277 construído o caderno de orientações a partir da Nota Técnica Conjunta SNAS/INSS/CNAS. A
278 Presidente Aldenora Gomes González ponderou que é necessário aprovar os encaminhamentos da
279 reunião do Grupo de Trabalho de Benefícios Socioassistenciais, realizando novamente a sua leitura.
280 O Conselheiro André Rodrigues Veras ilustrou que deve ficar bem evidente que a recomendação
281 para o município é advindo do CNAS e a Conselheira Vanda Anselmo Braga dos Santos entendeu
282 que teriam que encontrar uma melhor forma de fazer essa recomendação. A Presidente Aldenora
283 Gomes González sugeriu que os integrantes do grupo de trabalho dialoguem e tragam os
284 encaminhamentos juntamente com o relato da reunião. Realizados os demais comentários, o Sr.
285 Clóvis de Castro Júnior compreendeu que ficou bastante claro a importância de separar o BPC e
286 esclareceu que o INSS recomenda o não compartilhamento de senhas. Afirmou que não existe
287 nenhuma recomendação do INSS sobre o encaminhamento do atendimento presencial aos CRAS e
288 intui que seria interessante discutir mais sobre a questão da delimitação de responsabilidades no
289 grupo de trabalho. Convidou os Conselheiros Clovis Alberto Pereira e Solange Bueno para
290 visitarem o INSS, para que possam dar um *feedback* sobre os seus serviços e alegou que qualquer
291 situação de negação de atendimento deve ser encaminhada, a fim de que possam tomar as devidas
292 providências. A Sra. Márcia Elisa de Souza discorreu que a sociedade deve fazer a sua parte, para
293 que o INSS possa atingir o seu objetivo e agradeceu pela acolhida. Seguindo para a avaliação da
294 Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS em Fortaleza/CE, a Presidente Aldenora Gomes
295 González informou que foram realizadas 373 inscrições pelo sistema informatizado do CNAS e
296 estiveram presentes 176 pessoas, sendo que 69 fizeram inscrição no local. Postulou que 124
297 participantes responderam o questionário de avaliação e que, a programação foi totalmente
298 cumprida, observando que houve problemas nos cumprimentos de horários com alguns atrasos
299 administrados. Com relação à avaliação, relatou que a nota média para o bloco da infraestrutura foi
300 9,3; da programação foi 8,0 e da percepção da efetividade foi 8,6, totalizando uma média geral de
301 avaliação do evento de 8,4. Elencou as observações e sugestões realizadas, destacando como as
302 maiores sugestões: café, cumprimento do horário e o número reduzido de inscrição para evento.
303 Abrindo para manifestações, a Conselheira Ivone Maggioni Fiore concordou com a questão do
304 cumprimento do horário, por prejudicar bastante o andamento e a produtividade das reuniões e a
305 Conselheira Vanda Anselmo Braga dos Santos compreendeu que foi um erro definir apenas 300

306 inscrições para a Reunião Descentralizada e Ampliada e ressaltou a parceria feita com a Assembleia
307 Legislativa do Ceará. Sugeriu que a próxima reunião seja planejada antecipadamente. A
308 Conselheira Solange Bueno valorizou o empenho dos conselheiros e dos trabalhadores do CNAS e
309 a Conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa entendeu que os atrasos causaram algumas perdas,
310 porém, salientou que todos os debates foram muito ricos. A Conselheira Aline Araújo Silva intuiu
311 que o número de participantes foi o ponto mais crítico e que, é necessário rever a dinâmica de
312 estabelecer um número grande de mesas e de painéis em um curto tempo. Sugeriu que fosse
313 pensado em temas mais políticos de defesa do SUAS. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira
314 salientou a recepção da organização e compreendeu que, talvez, seja necessário exercitar algo novo.
315 **ENCERRAMENTO 12/09/2019:** A Conselheira Kariny Geralda Alves Veiga agradeceu a
316 presença de todos e encerrou o segundo dia da 279ª Reunião Ordinária do CNAS. **ABERTURA**
317 **13/09/2019:** A Presidente Aldenora Gomes González iniciou o terceiro dia de reunião
318 cumprimentando a todos e lembrou que existe a necessidade de realizar a aprovação do relato da
319 reunião do Grupo de Trabalho de Benefícios Socioassistenciais. Observou que não consta na pauta
320 o relato da reunião da Mesa Diretora, sugerindo a sua inclusão. Havendo consenso em relação à
321 inclusão de pauta, solicitou que a Secretária Executiva Substituta do CNAS realizasse a verificação
322 do quórum. Verificado o quórum, a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera solicitou que os itens
323 afetos a Política de Assistência Social fossem apresentados no período da manhã por se tratar de
324 temas muito importantes. Seguindo para aprovação do relato da reunião do Grupo de Trabalho de
325 Benefícios Socioassistenciais, a Conselheira Vânia Maria Machado informou que o terceiro
326 encaminhamento foi reformulado, ficando com a seguinte redação: “*Elaboração pelo CNAS de uma*
327 *minuta de resolução de recomendação aos municípios quanto à assinatura do Acordo de*
328 *Cooperação Técnica entre as prefeituras e o INSS acerca das responsabilidades da Política de*
329 *Assistência Social a ser construída pela Comissão com a participação do CONGEMAS, FONSEAS*
330 *e CNAS antes da reunião de outubro/2019. Essa resolução após aprovada no Pleno, deve ser*
331 *divulgada amplamente nos municípios com cópia para os estados e Conselhos de Assistência*
332 *Social.”. Não havendo nenhuma manifestação, o relato da reunião do Grupo de Trabalho de*
333 *Benefícios Socioassistenciais foi aprovado por unanimidade. Passando ao relato da reunião da Mesa*
334 *Diretora realizada no dia 11 de setembro de 2019, a Sra. Maria Auxiliadora Pereira, Secretária*
335 *Executiva do CNAS, elencou os participantes e membros da Secretária Executiva presentes e*
336 *discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Proposta de alteração da data das*

337 Reuniões Regionais do CNAS do 2º semestre de 2019. A Mesa Diretora sugere a alteração das
338 reuniões regionais do 2º semestre, sendo duas nos dias 12 e 13 de novembro e as outras duas nos
339 dias 19 e 20 de novembro, e que a Reunião da Região Nordeste aconteça nos dias 19 e 20. Item II)
340 Curso em EaD preparado a partir do Caderno de Orientações aos Conselhos de Assistência Social
341 para o Controle Social do Benefício de Prestação Continuada – BPC, Programa Bolsa Família –
342 PBF e Benefícios Eventuais da Assistência Social. A Secretaria de Avaliação e Gestão da
343 Informação – SAGI será responsável por executar o curso em EaD da turma piloto com 10 pessoas,
344 que tratará do Bolsa Família. Na fase da composição da turma piloto, a SAGI aguarda até o dia 16
345 de setembro de 2019 a lista dos 10 participantes que terão o compromisso de realizar o curso
346 completo, seguir as orientações dadas para a validação do conteúdo e funcionalidades das telas e
347 dos exercícios indicando claramente os ajustes necessários. Portanto, quem for indicado deverá
348 participar ativamente da turma piloto. Todos os participantes terão perfil de estudantes e poderão, se
349 aprovados e realizado a avaliação de reação, emitir o certificado do curso. A sugestão é que seja
350 uma mescla entre servidores (três servidores do CNAS e três servidores do DBA/SNAS) e quatro
351 conselheiros da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferências de Renda a serem
352 indicados na Plenária. Após serem feitos os ajustes, a consolidação das informações e a análise para
353 a implementação, será preparada a sala virtual para o lançamento do curso nacionalmente estimado
354 para o início de novembro. Item III) Reunião com a ASCOM/MC sobre a Portaria nº 1.297, de 18
355 de junho de 2019, que estabelece regras para a criação e utilização de canais de divulgação. A
356 ASCOM/MC não pode estar presente e a reunião foi adiada para o dia 18 de setembro às 14h30.
357 Participarão da reunião a Presidente, a Vice-Presidente e a Secretaria Executiva do CNAS. Item IV)
358 Carta do 44º Encontro do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social –
359 FONACEAS, nos dias 21 e 22 de agosto de 2019, em Salvador/BA. Encaminhamento: O
360 documento foi apreciado na Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e segue no relato da
361 referida Comissão. Item V) Convites: a) Conferências Municipais de Assistência Social: i)
362 CMAS/Belo Horizonte, nos dias 13 e 14/09. Encaminhamento: Agradecer o convite e informar que
363 coincide com a reunião do CNAS; ii) CMAS/Duques de Caxias, nos dias 25 e 26/09.
364 Encaminhamento: Caso o CMAS providencie traslado, a Conselheira Margareth Alves
365 Dallaruvera se coloca à disposição; iii) CMAS/Niterói, nos dias 23 e 24/09. Encaminhamento:
366 Indicada a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera; iv) CMAS/Porto Velho, no dia 09/10.
367 Encaminhamento: Plenária; b) Conferências Estaduais de Assistência Social: i) CEAS/RS, nos dias

368 10 e 11/10. Indicação: Consultar a Plenária; ii) CEAS/TO, nos dias 15 e 16/10. Indicação: Aldenora
369 Gomes González; iii) CEAS/PA, nos dias 16 e 17/10. Indicação: Margareth Alves Dallaruvera; iv)
370 CEAS/CE, nos dias 17 e 18/10. Indicação: Vanda Anselmo Braga dos Santos; v) CEAS/ES, no dia
371 22/10. Indicação: Margareth Alves Dallaruvera; vi) CEAS/AP, no dia 25/10. Indicação: Aldenora
372 Gomes González; vii) CEAS/PE, no dia 29/10. Indicação: Consultor Josenildo; viii) CEAS/AM,
373 nos dias 20 e 31/10. Indicação: Aldenora Gomes González; ix) CEAS/PI, nos dias 30 e 31/10.
374 Indicação: Vanda Anselmo Braga dos Santos; x) CEAS/BA, nos dias 06 e 07/11 (será alterada).
375 Indicação: Aldenora Gomes González; xi) CEAS/AL, nos dias 11 e 12/11 (ver data da regional).
376 Indicação: Margareth Alves Dallaruvera; xii) CEAS/MA, nos dias 12 a 14/11. Indicação: Aldenora
377 Gomes González; Item VI) III Semana de Gestão Orçamentária e Financeira do Sistema Único de
378 Assistência Social ocorrerá nos dias 16 a 20 de setembro de 2019. Encaminhamento: Indicada a
379 Presidente do CNAS; Item VII) III Assembleia Geral dos FEUSUAS de Santa Catarina no dia 21 de
380 novembro de 2019 em Palhoça/SC. Encaminhamento: Consultar a Conselheira Solange Bueno se
381 ela poderá representar o CNAS no evento; Item VIII) Informe sobre o Acórdão TCU 1918/2019-
382 TCU - Plenário. Esclarecimentos da Mesa Diretora: Cabe registrar que o arquivamento do processo
383 pelo TCU não significa o saneamento das questões apontadas no relatório, sendo necessário o
384 acompanhamento do cumprimento do plano de ação periodicamente; Item IX) Pauta da 280ª
385 Reunião Ordinária do CNAS: Dia 07/10/2019: das 09h00 às 16h00 – Reunião Conjunta da
386 Comissão de Política e Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda.
387 Dia 08/10/2019: das 09h00 às 16h00 – Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da
388 Assistência Social; Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência
389 Social; Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social; Reunião da Comissão de Política da
390 Assistência Social; das 16h00 às 18h00 – Reunião da Mesa Diretora. Dia 09/10/2019: Plenária: das
391 09h00 às 9h30 – Aprovação da Ata da 279ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 280ª
392 Reunião Ordinária do CNAS; das 09h30 às 10h30 – Informes da Presidência/Secretaria Executiva,
393 MC, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros; das 10h30 às 12h00 – Apresentação da
394 Política Nacional sobre Drogas; das 14h00 às 18h00 – SUAS e o Sistema de Justiça. Dia
395 10/10/2019 – Continuação da Plenária: das 09h00 às 10h30 – Relato da Mesa Diretora; das 10h30
396 às 12h30 – Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; das 14h00 às
397 15h00 – Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social; das 15h00
398 às 16h00 – Relato da Comissão de Normas da Assistência Social; das 16h00 às 17h00 – Relato da

399 Comissão de Política da Assistência Social; das 17h00 às 18h00 – Relato da Comissão de
400 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda. Item X) Informes dos assuntos tratados
401 nas comissões com encaminhamento para a Mesa Diretora: a) Comissão de Acompanhamento de
402 Benefícios e Transferência de Renda: proposta de reunião conjunta da Comissão de Política com a
403 Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda no dia 07/10; b) Comissão
404 de Financiamento: informe sobre a audiência dos conselheiros da Comissão de Financiamento com
405 o Deputado Domingos Neto – Presidente da Comissão Mista de Orçamento – no dia 11/09, para
406 tratar da recomposição do orçamento 2019; c) Comissão de Acompanhamento aos Conselhos:
407 proposta de levar o tema “Apoio Técnico da Secretaria Executiva aos Conselhos de Assistência
408 Social” na Reunião Descentralizada e Ampliada de dezembro de 2019 para discutir estratégias de
409 estruturação das Secretarias Executivas; d) Comissão de Política: proposta de seminário sobre a
410 população em situação de rua com despesas arcadas pela SNAS em data a definir. Abrindo para
411 manifestações, a Conselheira Vanda Anselmo Braga dos Santos sugeriu que a Secretaria Executiva
412 do CNAS observe quais são os estados que possuem maior dificuldade no controle social e
413 priorizasse a realização das reuniões regionais nesses estados e a Conselheira Solange Bueno
414 solicitou mais esclarecimentos sobre o curso em EaD. A Sra. Maria Auxiliadora Pereira explicou
415 como será realizado esse curso e colocaram-se a disposição para participar do curso os seguintes
416 conselheiros: Solange Bueno, Ivone Maggioni Fiore, Vanda Anselmo Braga dos Santos e Márcio
417 Maurício Fernandes. O Conselheiro André Rodrigues Veras indicou para participar o Sr. Francis
418 Silva Magalhães, a Sra. Maria e Sr. Filipe Jardim pelo DBA. O Conselheiro Clovis Alberto Pereira
419 sugeriu que seja agendada uma conversa ainda mais aprofundada acerca das metodologias de
420 comunicação do CNAS e a Presidente Aldenora Gomes González solicitou que o Conselheiro
421 Clovis Alberto Pereira síntese a sua sugestão em um documento e ressaltou que estão perdendo
422 muito como fato do CNAS não poder divulgar as suas ações. Realizados alguns debates sobre a
423 participação de outros conselheiros na reunião com a ASCOM/MC, a Presidente Aldenora Gomes
424 González explicou que será realizado um primeiro debate, inclusive, para pensar uma data para
425 realizar uma explanação para todo o Pleno do CNAS. A Conselheira Margareth Alves Dallaruvera
426 questionou se o CNAS elaborará algum material para aqueles que participarão das conferências
427 municipais e a Conselheira Kariny Geralda Alves Veiga compreendeu que deve haver uma
428 apresentação padrão, visto que os participantes representarão o CNAS. Externadas todas as opiniões
429 sobre o tema, observou-se que a Conferência Municipal do CMAS/Porto Velho e a Conferência

430 Estadual do CEAS/RS coincidirão com a 280ª Reunião Ordinária do CNAS, sendo que será
431 agradecido o convite e informando que coincide com a reunião do CNAS. A Conselheira Solange
432 Bueno informou que coordena o FEUSUAS de Santa Catarina enquanto representante das pessoas
433 com deficiência, entendendo que não seria interessante que também representasse o CNAS e
434 sugerindo realizar outra indicação. A Conselheira Kariny Geralda Alves Veiga questionou sobre a
435 possibilidade de outro conselheiro do segmento dos usuários fazer essa representação e não
436 havendo indicações no momento, deliberou que seja informada a Secretaria Executiva
437 posteriormente caso haja disponibilidade. A Sra. Maria Auxiliadora Pereira discorreu que existe
438 uma reivindicação da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferências de Renda para
439 uma reunião específica com o INSS e na pauta está aparecendo uma reunião conjunta com a
440 Comissão de Política. A Conselheira Margareth Alves Dallaruvera alegou que em nenhum
441 momento foi mencionada a solicitação de uma reunião conjunta entre a Comissão de
442 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda e a Comissão de Política, sendo alterado
443 para Reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda. Não
444 havendo mais nenhum comentário, o relato da Reunião da Mesa Diretora foi aprovado por
445 unanimidade. Seguindo para o relato da reunião do Grupo para tratar do Acompanhamento aos
446 Conselhos de Assistência Social realizada no dia 11 de setembro de 2019, a Conselheira Kariny
447 Geralda Alves Veiga elencou os conselheiros, convidados e ouvinte presentes e discorreu que foram
448 debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Informes. Encaminhamentos: 01) Elaborar devolutiva
449 ao FONACEAS sobre as ações que estão sendo desenvolvidas a respeito de alguns pontos que
450 foram apresentados na carta; 02) Pautar na próxima reunião do grupo o Relatório CNAS da
451 Paridade nos CEAS, CAS-DF e CMAS, e a sua divulgação nas Reuniões Trimestrais do CNAS; 03)
452 Enviar aos conselheiros do grupo: carta do FONACEAS, Plano de Trabalho da Comissão de
453 Acompanhamento aos Conselhos, minuta da Revisão da Resolução CNAS 237/2006 revisada; 04)
454 Levar à Mesa Diretora a sugestão de todos os membros do grupo estarem presentes na Reunião
455 Trimestral do CNAS. Item II) Apresentação pelo DGSUAS/SNAS de projeto de desenvolvimento
456 de sistema eletrônico nacional para registro dos Planos de Assistência Social de estados e
457 municípios. Encaminhamentos: 01) A apresentação será atualizada pelo DGSUAS/SNAS (no ponto
458 referente ao monitoramento de municípios sem Planos de Assistência Social ou sem a aprovação
459 dos conselhos sobre o Plano de Assistência Social) e será encaminhada aos conselheiros do grupo
460 de acompanhamento aos conselhos via secretaria executiva; 02) Refazer o Relatório da Paridade

461 com os ajustes necessários e passar por *e-mail* para os CEAS e CAS-DF; 03) Pautar o tema do
462 conceito de paridade a ser utilizado para fins de monitoramento no mês de novembro. Item III)
463 Debate sobre organização de apoio técnico para as Secretarias Executivas, preferencialmente para
464 aquelas que se estruturarem no período recente. Encaminhamento: Sugerir que o assunto seja
465 pautado nas Reuniões Regionais de novembro com apresentação dos dados do Censo SUAS 2018
466 de cada região (separar por porte de município) para dialogar conjuntamente com os CEAS e
467 CMAS presentes para conhecer as demandas e estruturar o apoio técnico. Item IV) Definição da
468 pauta de outubro/2019: Avaliar os relatos dos trabalhos em grupo realizados na Reunião Trimestral
469 de 10 de setembro de 2019 que discutiu a paridade nos CEAS, CAS-DF e CMAS, bem como a
470 forma de divulgação dos relatórios; Revisitar o Plano de Ação e eleger prioridades considerando as
471 mudanças de contexto e o tempo de vigência dos mandatos. A Conselheira Sandra Regina Ferreira
472 Barbosa salientou que os membros do grupo ficaram muito preocupados com os dados apresentados
473 pelo DGSUAS, especialmente, no que se refere o número de Planos de Assistência Social corretos.
474 A Conselheira Margareth Alves Dallaruvera solicitou que fosse discutido sobre o processo de
475 eleição nos conselhos municipais e estaduais e a Sra. Maria Cristina Abreu Martins de Lima,
476 Secretária Executiva do CNAS, informou que houve um erro no relatório da paridade apresentado
477 na Reunião Ampliada e Descentralizado do CNAS, ponderando que o relatório correto será
478 encaminhado aos CEAS juntamente com a base de dados dos seus municípios. A Conselheira
479 Vanda Anselmo Braga dos Santos observou que os planos estão sendo inviabilizados pela ausência
480 regular das transferências do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS e dos estados e a
481 Presidente Aldenora Gomes González relatou que a Conselheira Irene Rodrigues da Silva trouxe
482 uma proposta de que os membros da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos participem das
483 reuniões trimestrais e será dialogada pela Mesa Diretora. A Conselheira Kariny Geralda Alves
484 Veiga informou que o processo de eleição dos conselhos será pautado na próxima reunião da
485 Comissão e não havendo mais nenhum comentário, o relato da reunião do Grupo para tratar do
486 Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social foi aprovado por unanimidade. Passando ao
487 relato da reunião do Grupo para tratar da Política de Assistência Social realizada no dia 11 de
488 setembro de 2019, a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera elencou os conselheiros, convidados
489 e ouvintes presentes e arrazoou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) A Política
490 da População em Situação de Rua: Desdobramentos da Reunião Descentralizada e Ampliada do
491 CNAS. Encaminhamentos: 01) Em função da impossibilidade de participação dos técnicos da

492 SNAS nesse momento, por motivo de compromissos institucionais, o Grupo propõe o envio do
493 relato desta reunião para conhecimento e manifestação da SNAS; 02) Recomendação à SNAS/MC
494 para realização de seminário sobre “O trabalho social com a População em Situação de Rua no
495 âmbito do SUAS”, focando na função do equipamento público “Centro POP”, com o envolvimento
496 do CNAS e a participação de representantes do Movimento Nacional de População de Rua no
497 planejamento e construção dessa programação, respeitando sua organização regional. Item II) A
498 Relação do Sistema de Justiça com o SUAS: Construção dos próximos passos a partir dos
499 encaminhamentos aprovados pelo CNAS. Encaminhamentos: 01) Pautar nas próximas reuniões
500 informes da SNAS a respeito do processo de construção dos acordos de cooperação técnica e planos
501 de trabalho da SNAS com o CNMP, CNJ e DPU; 02) Retificar à SNAS a importância do
502 envolvimento dos atores que podem contribuir nessa discussão: conselho de categorias de
503 profissionais (Res. 17/2011), CONANDA, CONGEMAS, FONSEAS, Confederação Nacional dos
504 Municípios – CNM, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPC, Colégio
505 Nacional de Defensores Públicos Gerais – CONDEGE e Fórum Colegiado Nacional de
506 Conselheiros Tutelares – FCNCT; 03) Solicitar à SNAS o envio do cronograma dos seminários
507 regionais do CNJ para que o CNAS possa divulgar junto aos Conselhos de Assistência Social. Item
508 III) Definição de temas prioritários para discussão: Outubro: Informes da SNAS – construção dos
509 Acordos de Cooperação Técnica e Planos de Trabalho com o Sistema de Justiça; Discussão de
510 metodologia do monitoramento e controle social do II Plano Decenal da Assistência Social –
511 2016/2026. Convidado: DGSUAS/SNAS. Novembro: Informes da SNAS – construção dos acordos
512 de Cooperação Técnica e Planos de Trabalho com o Sistema de Justiça. Convidado: SNAS; A
513 questão racial no SUAS. Convidados: SNAS, Profa. Zelma Madeira; e Profa. Célia Zenaide.
514 Realizou a leitura da carta à presidência do CNAS elaborada pelo Movimento Nacional da
515 População de Rua e apresentou o Mapa “Organização do Povo”. A Conselheira Vanda Anselmo
516 Braga dos Santos questionou se o CONANDA ainda permanece como sugestão do grupo, uma vez
517 que ele está suspenso e a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera entendeu que é melhor deixá-lo
518 como sugestão, tendo em vista que pode retornar e sugeriu que o Plenário do CNAS ratifique a carta
519 encaminhada. A Conselheira Natália Cerqueira de Sousa intuiu que é necessário pensar como será
520 realizado o apoio, uma vez que o decreto é de iniciativa presidencial e a Conselheira Margareth
521 Alves Dallaruvera propôs que a lei seja discutida durante o seminário, o que foi aprovado. Não
522 havendo mais nenhuma manifestação, o relato da reunião do Grupo para tratar da Política de

523 Assistência Social foi aprovado por unanimidade. Iniciando o relato da reunião do Grupo para tratar
524 do Financiamento e Orçamento da Assistência Social realizada no dia 11 de setembro de 2019, a
525 Conselheira Vanda Anselmo Braga dos Santos elencou os conselheiros, convidados e membros da
526 Secretaria Executiva presentes e postulou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I)
527 Apreciação do Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência
528 Social – FNAS – 2º trimestre/2019. Encaminhamento: Aprovar, com recomendações, o Relatório de
529 Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS – 2º
530 trimestre. Item II) Orçamento 2019 e PLOA 2020. Encaminhamentos: 01) Intensificar a ação no
531 Congresso Nacional na perspectiva da garantia do descontingenciamento e recomposição do
532 orçamento 2019 envolvendo os Estados (governadores e deputados estaduais) e Municípios
533 (entidades municipais: CNM, FNP e ABM) para atuar junto com o CNAS na recomposição do
534 orçamento; 02) Dialogar com os secretários/governadores sobre as responsabilidades referente ao
535 cofinanciamento; 03) Solicitar a SPOG o estudo citado sobre os impactos da ausência dos recursos
536 da Assistência Social. Item III) Definição da pauta de outubro/2019: Apreciação do Relatório de
537 Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS – 3º
538 trimestre; Monitoramento de execução das metas semestralmente do Programam Nacional de
539 Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho; Acompanhamento do
540 Orçamento 2019 e 2020; Apreciação do Relatório de Execução Orçamentária e Financeira da Ação
541 8249. O Conselheiro Ayrton Maurício Azeredo Silva sugeriu que fosse inserido um percentual entre
542 o empenhado e pago e entre a dotação e o pago, para que haja uma percepção melhor do orçamento.
543 A Conselheira Aline Araújo Silva entendeu que seria interessante ter a comparação do percentual
544 pago com o valor da dotação aprovada e postulou que o valor do Programa Criança Feliz é de R\$
545 138 milhões, solicitando a correção. A Conselheira Vanda Anselmo Braga dos Santos afirmou que
546 não existe nenhum problema em relação às sugestões realizadas, ponderando que serão
547 encaminhadas ao FNAS. Realizada a leitura da proposta de resolução, que dispõe sobre a aprovação
548 do Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social –
549 FNAS referente ao 2º trimestre de 2019 e das recomendações, o Conselheiro Marcos Maia Antunes,
550 Representante do Ministério da Cidadania – MC, compreendeu que o CNAS não possui
551 competência para fazer uma recomendação ao Ministério da Economia e o Conselheiro André
552 Rodrigues Veras observou que, mesmo que o Ministério da Economia pudesse elaborar um
553 cronograma, não conseguiriam assegurá-lo diante a situação fiscal e orçamentária vivida. A

554 Conselheira Kariny Geralda Alves Veiga propôs que a recomendação seja elaborada separadamente
555 da proposta de resolução e explanou que não podem fazer uma recomendação ao Ministério da
556 Economia por não ter vinculação de governabilidade. A Conselheira Vanda Anselmo Braga dos
557 Santos explicou que a intenção é apenas fazer com que o Ministério da Economia consiga
558 compreender que a situação não é simples. Realizadas todas as manifestações sobre o assunto, os
559 conselheiros consensuaram em manter a proposta de redação da resolução e a Presidente Aldenora
560 Gomes González colocou-a para aprovação dos conselheiros, a qual foi aprovada por unanimidade.
561 Também foram acrescentados os seguintes encaminhamentos: 01) Solicitar ao FNAS que no
562 próximo quadro de execução orçamentária e financeira apresente o percentual do que foi pago em
563 relação ao orçamento aprovado; 02) Encaminhar o assunto sobre a execução orçamentária e
564 financeira do Programa Primeira Infância no SUAS para o GT de Aprimoramento do Programa
565 Primeira Infância no SUAS; 03) Encaminhar o assunto sobre a execução orçamentária e financeira
566 do IGD/Bolsa Família para a Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de
567 Renda; 04) Solicitar ao FNAS que conste na nota técnica o valor disponibilizado de recursos pelo
568 Ministério da Economia ao Ministério da Cidadania de janeiro/2019 a agosto/2019; 05) Que a
569 Secretaria Executiva encaminhe aos conselheiros do Grupo para tratar do Financiamento e
570 Orçamento as memórias das reuniões de 2019; 06) Que o CNAS intensifique a incidência junto ao
571 Congresso Nacional no sentido da recomposição do orçamento e divulgue (encaminhe os materiais
572 aos estados sobre esse assunto). Não havendo mais nenhuma manifestação, o relato da reunião
573 Grupo para tratar do Financiamento e Orçamento da Assistência Social. Prosseguindo para o relato
574 da reunião do Grupo para tratar das Normas da Assistência Social realizada no dia 11 de setembro
575 de 2019, a Conselheira Rozangela Borota Teixeira elencou os conselheiros, convidados e membros
576 da Secretaria Executiva presentes e discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item
577 I) Informe sobre o monitoramento do Sistema de Registro de Informações das Organizações da
578 Sociedade Civil no SUAS. Encaminhamentos: 01) Socializar com os conselheiros do CNAS a
579 apresentação sobre o monitoramento do Sistema de Registro de Informações das Organizações da
580 Sociedade Civil no SUAS; 02) Convidar a SNAS para debater o rol de ofertas que irão constar do
581 Sistema de Informações das Organizações da Sociedade Civil no SUAS; 03) Próxima apresentação
582 sobre o monitoramento do Sistema de Registro de Informações das Organizações da Sociedade
583 Civil no SUAS será em fevereiro de 2020. Item II) Apresentação do Departamento da Rede
584 Socioassistencial Privada do SUAS – DRSP do 2º Relatório Trimestral/2019 com as informações

585 sobre os processos de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social.
586 Encaminhamentos: 01) Encaminhar a apresentação do Departamento da Rede Socioassistencial
587 Privada do SUAS aos conselheiros do CNAS; 02) Encaminhar o Relatório com as informações
588 sobre os processos de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social, 2º
589 trimestre/2019, apresentado pelo DRSP, para os Conselheiros Estaduais de Assistência Social e para
590 o CAS-DF, conforme disposto no §2º do art. 3º da Resolução CNAS nº 18/2011; 03) Solicitar a
591 SNAS o cronograma das capacitações periódicas e planejadas; 04) Solicitar a SNAS que os
592 Conselheiros do CNAS participem das capacitações. Item III) Discussão sobre os “pedidos de
593 reconhecimento de entidades do Sistema S no SUAS”. Encaminhamentos: 01) Responder aos
594 Conselheiros que as entidades do Sistema S (Serviços Sociais Autônomos) podem pleitear as
595 inscrições das ofertas socioassistenciais, observadas todas as normativas que regem a Política de
596 Assistência Social; 02) solicitar à Coordenação de Normas estudo aprofundado sobre a natureza
597 jurídica dos Serviços Sociais Autônomos, bem como os possíveis enquadramentos nas normativas
598 do SUAS. Item IV) Ofício nº 320/2019 – COMAS/SP, que solicita esclarecimentos em relação à
599 possibilidade de remeter o CCA – Centro para Crianças e Adolescentes do Serviço de Convivência
600 e Fortalecimento de Vínculos hoje, realizado em grupos e organizados a partir de percursos, de
601 modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, pela
602 Proteção Social Básica, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Social –
603 SMADS para a Secretaria Municipal de Educação. Encaminhamentos: 01) Enviar Ofício ao
604 COMAS/SP com todas as normativas que embasam que este serviço é da Assistência Social,
605 respondendo que não é possível fazer a transferência e informando que serão solicitados
606 esclarecimentos à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS sobre
607 as normativas utilizadas no processo de transferência, com cópia para o CONSEAS/SP; 02) Enviar
608 ofício à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS solicitando
609 esclarecimentos. Item V) Definição da pauta de outubro/2019: Processo Eleitoral da Sociedade
610 Civil: normatizar a representação do governo e da sociedade civil (Solicitar a Secretaria Executiva
611 do CNAS minuta do processo eleitoral da sociedade civil); Solicitar à SNAS capacitações para os
612 conselheiros nacionais relacionados aos Benefícios Eventuais e demais normativas nacionais da
613 Assistência Social vigentes; Publicização e orientação aos Conselhos de Assistência Social de como
614 e onde podem ser aplicados os pisos que financiam a Política Nacional de Assistência Social, a fim
615 de subsidiar análise de planos locais; Desenvolver mecanismos para disseminação de informações

616 sobre certificação das entidades ou organizações que realizam ofertas socioassistenciais; Debate
617 sobre o rol de ofertas que irão constar no Sistema de Informação das Organizações da Sociedade
618 Civil no SUAS. A Conselheira Vanda Anselmo Braga dos Santos compreendeu que é necessário ter
619 um cuidado com relação à questão do Sistema S, uma vez que está relacionado muito mais com a
620 lógica da qualificação profissional. A Conselheira Rozangela Borota Teixeira relatou que os
621 requisitos que caracterizam uma entidade de Assistência Social estão no art. 3º da LOAS,
622 destacando que todas as entidades de [ATENDIMENTO] assessoramento, ~~de~~ defesa e ~~de~~ garantia
623 de direitos têm que executar, de forma continuada, permanente e planejada, serviços, programas e
624 projetos voltados prioritariamente para a Política de Assistência Social e observar o conjunto
625 normativo que rege essa política, inclusive as próprias resoluções do CNAS. Acrescentou que o
626 Decreto nº 6308/2007, deixa claro que as entidades e organizações são consideradas de Assistência
627 Social, quando os seus atos constitutivos definirem expressamente a sua natureza, objetivos, missão,
628 [público-alvo] de acordo com as disposições da LOAS, sendo que são características essenciais das
629 entidades e organizações de Assistência Social, realizar atendimento, assessoramento ou defesa e
630 garantia de direitos, na área da Assistência Social. Garantir a universalidade do atendimento,
631 independentemente de contraprestação do usuário e ter finalidade pública e transparência nas suas
632 ações. Discorreu que a Resolução CNAS nº 14/[2014] traz os requisitos necessário [as] das
633 entidades de Assistência Social e realizou a leitura do art.6º, explanando que os serviços sociais
634 autônomos são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos com algumas peculiaridades,
635 visto que exercem atividade de interesse público, dentre as suas fontes de recursos destacam-se as
636 contribuições parafiscais, representam e prestam serviços para determinadas categorias ou grupos
637 profissionais e agem na promoção e defesa dos interesses dessas categorias. Explicou que o Decreto
638 Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários
639 – SENAI e que, o seu *site* deixa muito claro que: é um dos cinco maiores complexos de educação
640 profissional do mundo; é o maior da América Latina; os cursos formam profissionais para 28 áreas
641 da indústria brasileira, desde a iniciação profissional até graduação e pós-graduação tecnológica;
642 menciona de forma expressa ações de qualificação, formação e educação profissional de qualidade
643 para os brasileiros; e estimula inovação da indústria por meio de consultoria e incentivo as ações
644 das empresas para o desenvolvimento de pesquisa aplicada a serviços técnicos e tecnológicos que
645 são decisivos para competitividade das empresas brasileiras. Afirmou que não conseguiu vislumbrar
646 a Política de Assistência Social no contexto dessas ações descritas do SENAI. Relatou que o

647 Decreto nº 9.403, de 25 de junho de 1946, criou o Serviço Social da Indústria - SESI, sendo que
648 atribuiu a Confederação Nacional da Indústria criar, organizar e dirigir o Serviço Social da Indústria
649 e dá outras providências e deixou claro que a sua finalidade é estudar, planejar e executar, direta ou
650 indiretamente, medidas que contribuam para o bem-estar social dos trabalhadores da indústria e nas
651 atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão geral de vida no país, e bem assim
652 para o aperfeiçoamento moral e cívico e o desenvolvimento do espírito de solidariedade entre as
653 classes. Postulou que o *site* do SESI mostra que possui como desafio: desenvolver uma educação de
654 excelência, voltada para o mundo do trabalho e aumentar a produtividade da indústria, promovendo
655 a saúde e a segurança do trabalhador. Analisou que o *site* também não traduz uma atuação
656 específica na Política de Assistência Social. Com relação ao Serviço Social do Comércio - SESC,
657 arrazoou que o Decreto nº 61836, de 05 de dezembro de 1967, aprovou o regulamento do Serviço
658 Social do Comércio e dá outras providências, uma vez que o seu art. 1º dispõe que tem como
659 finalidade: estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar social e a
660 melhoria do padrão de vida dos comerciários e de suas famílias e bem assim, para o
661 aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade, através de uma ação educativa que partindo da
662 realidade social do país exercite os indivíduos e os grupos para adequada e solidária integração
663 numa sociedade democrática, devendo na execução dos seus objetivos: considerar especialmente a
664 assistência em relação aos problemas domésticos, nutrição, habitação, vestuário, saúde, educação e
665 transporte, defesa do salário real dos comerciários, pesquisas socioeconômicas e realizações
666 educativas e culturais, visando à valorização do homem e aos incentivos à atividade produtora. Já o
667 art. 2º dispõe que o SESC abrange o trabalhador do comércio e as atividades assemelhadas e seus
668 dependentes e os diversos meios ambientes que condicionam a vida do trabalhador e de sua família.
669 Ressaltou que, diante dessa pesquisa, constataram que o Sistema S possui forte aspecto na área de
670 educação profissional e assim como outras entidades educacionais, podem desenvolver serviços,
671 programas e projetos, entretanto, terão que observar todos os princípios e todos os requisitos das
672 normativas do SUAS, como as Resoluções nº 109/2009, nº 27/2011, nº 33/2011 e nº 34/2011. A
673 Conselheira Irene Rodrigues da Silva sugeriu elaborar uma resposta utilizando as competências do
674 Sistema S, afirmando que não condizem com a Política de Assistência Social e a Conselheira
675 Mirian da Silva Queiroz entendeu que devem responder aos conselheiros que o Sistema S deverá
676 comprovar a realização do serviço ou do programa ou do projeto para pleitear uma inscrição. A
677 Conselheira Aline Araújo Silva entendeu que é necessário qualificar mais a orientação aos

678 conselhos municipais, visto que determinadas ações do Sistema S podem ser reconhecidas como
679 serviços, programas e projetos socioassistenciais. A Conselheira Solange Bueno externou a sua
680 preocupação com a redação do encaminhamento, sugerindo que esse assunto retorne ao grupo para
681 debate e a Conselheira Rozangela Borota Teixeira salientou sobre a necessidade de capacitar os
682 conselhos municipais para identificar nos pedidos de inscrições de ofertas se estão sendo cumpridos
683 todos os requisitos das normativas que regem o SUAS. Relatou que a redação do encaminhamento
684 foi alterada para: “*Responder aos conselhos que as entidades do Sistema S, ao requerem as*
685 *inscrições das ofertas socioassistenciais (serviços, programas e projetos) deverão observar todas*
686 *as normativas que regem a Política Nacional de Assistência Social a serem elencadas no ofício,*
687 *destacando-se o caráter continuado, permanente e continuado das ações, a gratuidade, a*
688 *universalidade do atendimento com o foco no público-alvo da Política de Assistência Social.*”. A
689 Conselheira Aline Araújo Silva sugeriu incluir a informação de que o estudo do tema foi
690 encaminhado para a Comissão de Normas na resposta aos conselhos e o Conselheiro Clovis Alberto
691 Pereira sugeriu que esse encaminhamento seja suprimido devido à falta de tempo hábil para realizar
692 o debate necessário. Finalizadas as discussões sobre o tema, os conselheiros consensuaram os
693 seguintes encaminhamentos: 01) Responder aos conselhos (CEAS/AC, CEAS/CE, CMAS
694 Crato/CE, CMAS BH/MG, CMAS Macapá/AP) que o CNAS está aprofundando estudo sobre o
695 assunto; 02) Pautar o assunto na reunião de novembro/2019. A Presidente Aldenora Gomes
696 González discorreu que lhe preocupa a forma como ficou escrito o primeiro item de pauta da
697 reunião de outubro/2019 e a Conselheira Rozangela Borota Teixeira compreendeu que a redação
698 trouxe uma dupla interpretação, sugerindo inserir que será analisado o processo eleitoral da
699 representação da sociedade civil a luz à Resolução CNAS nº 20/2017 para adequação dos critérios e
700 procedimentos a serem adotados no processo eleitoral da próxima gestão. Não havendo mais
701 nenhuma manifestação, o relato da reunião do Grupo para tratar das Normas da Assistência Social
702 foi aprovado por unanimidade. A Conselheira Vanda Anselmo Braga dos Santos realizou a leitura
703 do documento em relação dos impactos do desfinanciamento na manutenção da rede
704 socioassistencial com o quadro demonstrativo dos últimos três anos, apontando que ainda
705 necessário realizar algumas correções de redação. Não havendo nenhuma manifestação contrária ao
706 documento, foi aprovado por unanimidade. **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nenhum item
707 a ser tratado, a Presidente Aldenora Gomes González agradeceu a presença de todos e encerrou a
708 279ª Reunião Ordinária do CNAS.

709

710

711

712

Aldenora Gomes González

713

Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

714

715

Brasília/DF,

716

Setembro de 2019.